



Projeto de Lei nº. 005/2026

Ementa: Altera a redação do Art. 3º da Lei Municipal nº. 1.355 de 22 de janeiro de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O Art. 3º da Lei Municipal nº. 1.355, de 22 de janeiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º (primeiro) de janeiro de 2026, data base estabelecida no §1º, do Art. 12, da Resolução nº. 007, de 22 de junho de 2004”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis.

-MAURÍLIO MARTIELHO-
Presidente

-ERIC BRUNO DA SILVA-
Vice-Presidente

**-RICARDO ALEXANDRE
CORSINO-**
Primeiro Secretário

-ROBERTO DE MORAIS POLONIA-
Segundo Secretário



Justificativa ao Projeto nº. 005/2026

O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover ajustes de natureza técnica e formal na legislação vigente, especificamente no art. 3º da Lei nº 1355/2026, a fim de sanar omissões e adequar seus efeitos financeiros à realidade orçamentária do exercício corrente.

Inicialmente, verifica-se que o texto original deixou de consignar a cláusula padrão de vigência, qual seja, “esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”, o que pode gerar dúvidas quanto à sua aplicabilidade e comprometer a segurança jurídica. A inclusão expressa dessa disposição visa harmonizar a norma às boas práticas de técnica legislativa, em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998.

Além disso, o referido dispositivo estabeleceu efeitos financeiros retroativos ao dia 1º de janeiro de 2025. Contudo, tal previsão mostra-se incompatível com o atual exercício financeiro, bem como com o planejamento orçamentário e financeiro do ente público, podendo ensejar interpretações equivocadas e impactos indevidos na execução orçamentária.

Dessa forma, o presente projeto corrige o marco inicial dos efeitos financeiros, fixando-os a partir do exercício de 2026, assegurando a observância dos princípios da legalidade, responsabilidade fiscal, equilíbrio das contas públicas e segurança jurídica, sem implicar criação ou ampliação de despesa de forma irregular.

Ressalta-se, por fim, que as alterações propostas não representam inovação no conteúdo material da norma, tratando-se tão somente de ajustes corretivos e adequativos, necessários para o correto cumprimento da lei e para evitar questionamentos futuros de ordem jurídica, administrativa ou de controle externo.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis.

-MAURÍLIO MARTIELHO-

Presidente

-ERIC BRUNO DA SILVA-

Vice-Presidente

**-RICARDO ALEXANDRE
CORSINO-**

Primeiro Secretário

-ROBERTO DE MORAIS POLONIA-

Segundo Secretário